



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

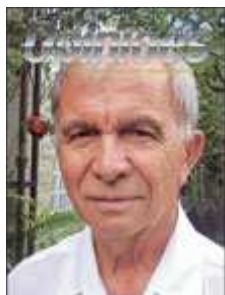
Veículo: Revista Opiniões

Data: 18/01/2012

Link: <http://www.revistaopinioes.com.br/cp/materia.php?id=798>

Caderno / Página: - / -

Assunto: O assunto requer cuidado, aliás, muito cuidado!



O assunto requer cuidado, aliás, muito cuidado!

Walter de Paula Lima

Professor Titular Aposentado - Esalq-USP

026-19

De novo volta a se falar de “florestas energéticas”, assim como aconteceu no início da década de 1980. Naquela ocasião, o que motivou o incentivo às pesquisas visando à formação de plantações florestais com espécies de rápido crescimento para a produção da energia de biomassa foi o preço do petróleo e as previsões sombrias de seu esgotamento.

Agora o incentivo vem da demanda de energia, principalmente do mercado internacional, obtida da queima dos péletes produzidos com a biomassa das florestas energéticas. Nada contra, evidentemente, nem quanto à real possibilidade de que esse projeto se consolide de vez, tampouco quanto à importância inegável da biomassa de florestas plantadas como fonte de energia.

Todavia, é fundamental que esse programa seja regulamentado, levando em conta pelo menos dois aspectos cruciais para o seu sucesso e para a diminuição de seus possíveis impactos ambientais: zoneamento ecológico e plano de manejo.

A evolução da tecnologia silvicultural, de formação e manejo de florestas plantadas com espécies de rápido crescimento visando ao abastecimento industrial da produção de celulose, assim como de chapas e de carvão, é invejada no mundo todo.

A partir de um começo meio desastroso, ambientalmente falando, o atual setor florestal produtivo do nosso país pode servir de exemplo de como se deve estabelecer um plano de manejo ambientalmente sustentável de produção florestal a partir de plantações florestais, que vai, inclusive, além do que estabelece o Código Florestal em termos da inclusão de medidas deliberadas de permanência e melhoria da biodiversidade, de proteção de áreas hidrologicamente críticas da paisagem, de conservação da água, principalmente no que diz respeito ao balanço hídrico na escala de microbacias hidrográficas, de proteção do solo e do percentual de ocupação dos talhões florestais em relação à área das microbacias hidrográficas contidas em cada unidade de manejo florestal.

Mas, de repente, tudo isso pode não ser suficiente para mascarar os efeitos ambientais de um programa de florestas energéticas mal planejado.

Fala-se, por exemplo, assim como também se falava na década de oitenta, que o desenho ideal dessas plantações florestais energéticas seria algo parecido como cultura de biomassa arbórea, com espaçamentos adensados, visando maior produção de lenha para energia, associado a um regime de rotação curta e à colheita mecanizada.

Resultados já consolidados de inúmeros estudos feitos em vários países, inclusive no Brasil, mostram que esse tipo de manejo tem um impacto significativo no capital de nutrientes do solo, pois a quantidade de nutrientes contidos no lenho juvenil é bem maior do que o de idades mais avançadas.

Além disso, a partir de estudos de longo prazo em microbacias experimentais na Austrália, e também em estudos em microbacias no Brasil, foi verificado efeito semelhante sobre a água, no sentido de que esse manejo de espaçamento adensado e de rotação mais curta causa, também, maior impacto sobre a disponibilidade da água superficial.

Por outro lado, também como se apregoava nos idos de 1980, essas florestas energéticas não iam, evidentemente, ocupar as áreas que já estão sendo usadas para as plantações florestais de abastecimento industrial de fibras para celulose, mas sim em áreas ditas marginais, inclusive em solos hidromórficos.

Da mesma forma, no movimento atual, essas plantações florestais energéticas devem ser direcionadas para as chamadas novas fronteiras, inclusive em regiões do semiárido nordestino. É preciso, então, tomar os devidos cuidados para com a expansão atual dessas florestas energéticas para novas fronteiras, principalmente o que diz respeito à disponibilidade natural de água, que pode facilmente ser verificado pela análise do balanço hídrico climático da região.

As florestas, em geral, usam muita água, e esse consumo é ainda maior em florestas jovens e em plantações florestais com espécies de rápido crescimento. Isso é um fato comprovado e não é intenção aqui apregoá-lo de forma alarmista, mas sim de alertar para a necessidade de planejamento.

Em que pese o seu elevado consumo de água, é também sabido que as florestas constituem a melhor cobertura para garantir a quantidade, a qualidade e a regularidade da água nas bacias hidrográficas.

Em outras palavras, o elevado consumo de água das florestas é preço que elas cobram para proporcionar inúmeros bens (fibra, madeira, energia) e serviços ambientais (água, regulação climática, etc). Mas esses serviços ambientais não ocorrem por si só, antes dependem fundamentalmente do plano de manejo. Ou seja, produzir energia a partir da biomassa de plantações florestais custa água e é fundamental resolver esta conta primeiro.